



RELUCI SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VARGEM ALTA – ES

**MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO**

Emitente: Unidade Central De Controle Interno – UCCI – Vargem Alta/ES

Unidade Gestora: SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE VARGEM ALTA/ES

Gestor responsável: José Américo Salvador – Diretor do SAAE nomeado pelo Decreto nº 4337/2021 de 04/01/2021.

Exercício: 2023

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade de Controle Interno realizou no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Tabela Referencial 1

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2.	Despesa – realização sem prévio empenho	Relatório Listagem de pagamentos / empenhos / Balancete Analítico da Despesa / BALORC	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Relatório anual	Relatório anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

RELUCI – EXERCÍCIO 2023 – SAAE

1.2 Gestão previdenciária						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	BALVER e Relatório de empenhos e pagamentos	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	BALVER-ANUAL DEMCE	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	BALVER-ANUAL DEMCE	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	BALVER-ANUAL DEMCE	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	BALVER-ANUAL DEMCE	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.8	Medidas de Cobrança-Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	BALVER-ANUAL DEMCE	LRF (LC 101/2000).	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Relatório anual	Relatório anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

RELUCI – EXERCÍCIO 2023 – SAAE

1.3 Gestão patrimonial						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	ITERALM TERMOV TERIMO TERINT BALPAT	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18.	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Relatório anual	Relatório anual
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle.	ITERALM TERMOV TERIMO TERINT BALPAT	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável (is) por sua guarda e administração.	Relatório anual	Relatório anual
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais.	EXTBAN RELGES BALFIN	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Relatório anual	Relatório anual
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação confirmação externa.	EXTBAN RELGES BALFIN	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	Relatório anual	Relatório anual
1.5 Demais atos de gestão						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	DOCSPCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	BALORC BALPAT BALVER - ANUAL COMINV CRIA CRONOS DEMCSE DEMDAD DEMRAP DEMFCFA DEMVAP EXTBAN INVALM INVIMO INVINT INVMOV JUSTCRO NOTAEXP PROEXE RELACI RELUCI TERALM TERIMO TERINT TERMOV	BALORC BALPAT BALVER - ANUAL COMINV CRIA CRONOS DEMCSE DEMDAD DEMRAP DEMFCFA DEMVAP EXTBAN INVALM INVIMO INVINT INVMOV JUSTCRO NOTAEXP PROEXE RELACI RELUCI TERALM TERIMO TERINT TERMOV



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

RELUCI – EXERCÍCIO 2023 – SAAE

1.6. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)						
1.6.1. Folha de Pagamento						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento.	Extrato consolidado da folha de pagamento.	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	Relatórios mensais	Relatórios mensais
1.6.1.2	Liquidação da folha de pagamento.	Extrato consolidado da folha de pagamento. BALORC	Lei 4.320/1964, art. 63; e, MCASP.	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	Relatórios mensais Relatório anual	Relatórios mensais Relatório anual
2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	BALVER ANUAL BALANCORT BALORC BALPAT	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Relatório anual	Relatório anual
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	JUSTCRO	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Relatório anual	Relatório anual
2.2.30	Despesa – realização de despesas – irregularidades	BALANCORT BALORC BALPAT	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza
2.2.31	Despesa – liquidação	BALANCORT BALORC BALPAT	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	BALANCORT BALORC BALPAT	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	BALANCORT BALORC BALPAT	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza
2.2.35	Despesa – subvenção social.	BALANCORT BALORC BALPAT	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Controladoria Geral do Município

RELUCI – EXERCÍCIO 2023 – SAAE

2.3. Gestão patrimonial						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.1	Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	BALANCORT BALORC BALPAT	CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/cNBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	BALANCORT BALORC BALPAT	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecendo as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza
2.4. Limites constitucionais e legais						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.4.1	Transferências voluntárias – exigências	BALANCORT BALORC BALFIN BALPAT	LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza
2.5. Gestão Previdenciária						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	DEMCSE	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Relatório anual	Relatório anual
2.5.7	Servidores cedidos	Extrato consolidado da folha de pagamento	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Não ocorreu fato desta natureza	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Não ocorreu fato desta natureza	Não ocorreu fato desta natureza
2.6. Demais atos de gestão						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Extrato consolidado da folha de pagamento	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Extrato consolidado da folha de pagamento Legislação Municipal	Extrato consolidado da folha de pagamento Legislação Municipal
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Lei Municipal 322/1998 e Lei Municipal nº 1308/2020	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações se desti-	Lei Municipal 322/1998 e Lei Municipal nº 1308/2020	Lei Municipal 322/1998 e Lei Municipal nº 1308/2020



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

RELUCI – EXERCÍCIO 2023 – SAAE

				nam ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.		
2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)						
2.7.2. Atos de Pessoal						
Código	Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.7.2.1	Registro de Admissões – envio ao TCE	Não ocorreu fato desta natureza.	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não ocorreu fato desta natureza.	Não ocorreu fato desta natureza.
2.7.2.2	Registro de Admissões – apreciação do controle interno	Não ocorreu fato desta natureza.	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016.	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo submetidos à apreciação do controle interno por meio de emissão de parecer.	Não ocorreu fato desta natureza.	Não ocorreu fato desta natureza.

1.2 Constações e proposições

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.2	Verificamos a existência de R\$ 7.147,35 classificados em restos a pagar não processados. A despesa não ultrapassou o valor orçado, tendo como saldo orçamentário no final de 2023 o valor de R\$ 195.675,66.	Esta Controladoria recomenda o cumprimento orçamentário, considerando os preceitos da despesa pública.	Ficou demonstrado que o SAAE executou as despesas dentro do orçamento programado não ultrapassando o valor previsto.
1.2.1	Verificamos que foram realizados os registros dos recolhimentos orçamentários do RGPS corretamente RPPS.	A Controladoria fez acompanhamento e monitoramento no decorrer do exercício de 2023	Ficou demonstrado que o SAAE atendeu recomendações e encontra-se conformidade com as normas.
1.2.2	Verificamos que os pagamentos previdenciários foram realizados no prazo, considerando que todos foram efetivados até o dia 20 do mês subsequente, tendo em vista o relatório de pagamento, DEL-REP e o DEMCSE analisados.	Esta Controladoria recomenda que seja observado os prazos para pagamento das contribuições previdenciárias, visando o cumprimento legal das obrigações.	Ficou demonstrado que o SAAE cumpriu com suas obrigações previdenciárias, tanto do RPPS, quanto do RGPS, conforme analisados no relatório de pagamento e no DEMCSE.
1.2.4	Verificamos conforme especificado no DEMCSE que todas as retenções referentes a previdência social foram repassadas, considerando o valor de R\$ 49.618,73 no RPPS e R\$ 19.665,54 no RGPS.	Esta Controladoria recomenda observar e acompanhar as retenções e os recolhimentos previdenciários, visando a quitação total e a adimplência do município quanto os valores referentes a previdência dos servidores.	Ficou demonstrado que o SAAE reteve e recolheu os valores previdenciários em conformidade no que tange os valores apresentados, incluindo os saldos.
1.3.1	Verificamos que os valores apresentados no TERALM e no Balanete que compõe o RELGES estão em conformidade com as demonstrações contábeis.	Esta Controladoria orienta que, no caso de alguma divergência, as mesmas sejam devidamente sanadas.	Ficou demonstrado que o SAAE apresentou de forma satisfatória o demonstrativo da movimentação do Almoxarifado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Controladoria Geral do Município

RELUCI – EXERCÍCIO 2023 – SAAE

1.3.3	Considerando os extratos bancários enviados pelo SAAE, verificou-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições bancárias oficiais (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E BANCO DO BRASIL). Verificou-se que em 31/12/2023 existiam saldos financeiros em conta corrente, evidenciando a não aplicação diária de valores.	Por analogia ao que é praticado na prefeitura municipal a qual aplica diariamente os saldos existentes nas contas correntes, e em referência ao art. 116, § 4 da Lei nº 8.666/93, que trata dos sados de recursos provenientes de convênios, esta Controladoria recomenda aplicação dos valores em instituições oficiais visando segurança dos recursos públicos, e ainda aplicação diária dos saldos considerando rendimento dos valores em conta.	Ficou demonstrado que os valores arrecadados pelo SAAE foram movimentados em instituições oficiais, porém verificou-se que os saldos não são aplicados em sua totalidade, influenciando no rendimento entregue pelos bancos, esta Controladoria fez recomendações no compromisso de auxiliar na gestão dos saldos existentes.
1.5.1	Verificamos que os arquivos estão em conformidade com as exigências do TCEES, conforme IN Nº 68/2020 e suas alterações.	Esta Controladoria recomenda o cumprimento das exigências do TCEES no que tange as prestações de contas.	Ficou demonstrado que SAAE cumpriu as exigências estabelecidas na IN Nº 68/2020 que trata sobre a PCA.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. José Américo Salvador, Gestor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Vargem Alta/ES, relativo ao exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas encontra-se REGULAR com ressalvas.

3. Ressalvas:

Ressalvamos que nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, se restringem à composição dos presentes, não se constituindo em juízo de valor quanto à adequação dos registros contábeis, em face da ausência de habilitação profissional/competência técnica desta Controladora que subscreve o presente parecer, tendo em vista sua formação acadêmica ser em Direito.

Ressalvamos que ficou demonstrado que os valores arrecadados pelo SAAE foram movimentados em instituições oficiais, porém verificou-se que os saldos permanecem não sendo aplicados em sua totalidade, influenciando no rendimento entregue pelos bancos, esta Controladoria fez recomendações no compromisso de auxiliar na gestão dos saldos existentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

Controladoria Geral do Município

RELUCI – EXERCÍCIO 2023 – SAAE

Por fim, esta Controladoria vem monitorando quanto ao cumprimento de determinações emitidas pelo TCEES, em especial, quanto ao acompanhamento e evolução da prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Vargem Alta/ES, 22 de março de 2024

DANIELA APARECIDA BALBINO FERRAÇO
Controladoria Geral do Município
Decreto 4405/2021